9 • Correio Braziliense • Brasília, quarta-feira, 4 de setembro de 2024



VENEZUELA

Na clandestinidade há mais de um mês, Edmundo González Urrutia descarta, pelo menos por enquanto, pedido de asilo para escapar da detenção ordenada pela Justiça. Estados Unidos estudam medidas contra o regime de Nicolás Maduro

Repúdio internacional à prisão de opositor

comunidade internacional reagiu enfaticamente à ordem de prisão emitida pelo regime venezuelano contra o líder antichavista Edmundo González Urrutia, rival de Nicolás Maduro nas eleições presidenciais de 28 de julho. Os Estados Unidos, o chefe da diplomacia da União Europeia e nove países da América Latina, além da Organização dos Estados Americanos (OEA), repudiaram a decisão, classificada como perseguição política. Washington estuda medidas contra Caracas.

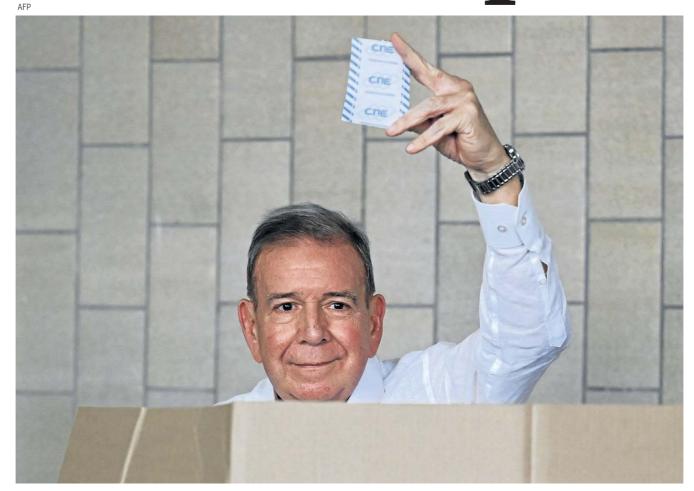
González Urrutia, que reivindica a sua vitória nas urnas, não é visto em público há mais de um mês. Após a ordem de prisão, fez uma postagem em uma rede social cobrando a divulgação das atas de votação das eleições presidenciais, das quais afirma ter saído vitorioso.

O diplomata de 75 anos teve a captura determinada por um tribunal com competência para julgar terrorismo por ignorar três intimações judiciais, que considerava armadilhas para sua prisão. O rival de Maduro é procurado por crimes que incluem "desobediência às leis", "conspiração", "usurpação de funções" e "sabotagem".

Numa entrevista concedida em frente à residência de González Urrutia, o advogado José Vicente Haro disse que seu cliente descarta, por enquanto, pedir asilo em alguma embaixada na Venezuela. "É uma questão que a família ou o senhor Edmundo González Urrutia não levantaram", declarou, acrescentando: "Temos pouco conhecimento sobre esse processo judicial".

Até o fechamento desta edição, o mandado de prisão, que está a cargo da polícia judiciária, não havia sido executado. Nicolás Maduro chamou o opositor de covarde por estar "enconchado", gíria popular para quem se esconde das autoridades, e

afirmou que ele está preparando a fuga. "Cúmplice da quadrilha criminosa que tratou de incendiar o país", classificou o chanceler venezuelano, Yván Gil, "agora faz birra quando a justiça chega aos organizadores da violência e do desconhecimento dos poderes públicos". "Respeitem o nosso país e a nossa soberania, continuaremos a avançar apesar de seu ódio e pretensões neocoloniais".



Rival de Maduro nas eleições de julho, líder antichavista exigiu mais uma vez, ontem, a divulgação das atas de votação

"Acões ilegítimas"

Os Estados Unidos, que não mantêm relações formais com a Venezuela há cinco anos, pretendem aumentar a pressão sobre Caracas. Washington considera "uma série de opções" para mostrar a Maduro "que suas ações ilegítimas e repressivas na Venezuela têm consequências", disse o porta-voz do Departamento de Estado americano, Matthew Miller.

"Esse é apenas mais um exemplo dos esforços do senhor Maduro para manter o poder pela força", declarou o porta-voz do Conselho de Segurança Nacional dos Estados Unidos, John Kirby, enquanto Brian Nichols, representante dos EUA para a América Latina e o Caribe, qualificou o mandado de prisão como "injustificado".

série de sanções contra o país caribenho, mas flexibilizou várias delas nos últimos anos, especialmente no que se refere à

exploração petrolífera. O chefe da diplomacia da União Europeia, Josep Borrell, rejeitou "categoricamente" a ordem de prisão contra González Urrutia, enquanto um porta-voz da ONU disse que o secretário-geral, António Guterres, "acompanha com preocupação" os eventos na Venezuela e reiterou seu "apelo à proteção total e ao res-

peito pelos direitos humanos". Argentina, Costa Rica, Equador, Guatemala, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana e Uruguai também condenaram "de forma inequívoca e absoluta" a medida contra González. "O mandado de prisão busca silenciar

Washington já impôs em 2019 uma o senhor González, desconhecer a vontade popular venezuelana e constitui perseguição política", indicaram em um comunicado. "Em um país onde não há separação de poderes nem garantias judiciais mínimas e onde abundam as detenções arbitrárias, condenamos essas práticas ditatoriais."

Maduro foi proclamado reeleito para um terceiro mandato de seis anos, até 2031, pelo Conselho Nacional Eleitoral (CNE), que não publicou o detalhamento da apuração como exige a lei. A oposição afirma que a vitória de González é comprovada pelas cópias de mais de 80% das atas de votação que foram publicadas em um site, documentos que o chavismo desconsidera e diz serem forjados.

Natal antecipado para outubro

Venezuelanos terão, mais uma vez, um Natal fora de época este ano. Em meio à crise desencadeada após as eleições de 28 de julho, o presidente Nicolás Maduro alterou o calendário e decidiu, por conta própria, antecipar em 86 dias a celebração pelo nascimento de Jesus. "Em homenagem a vocês, em agradecimento a vocês, vou decretar o adiantamento do Natal para o dia 1º de outubro", anunciou, durante o seu programa Con Maduro Más, transmitido pelo sistema nacional de televisão pública, anteontem à noite.

"Começa o Natal no dia 1º de outubro para todos e todas. Chegou o Natal com paz, felicidade e segurança", acrescentou o herdeiro político de Hugo Chávez, que aproveitou a ocasião para celebrar a "paz" instaurada no país após os "ataques criminosos" contra seu governo. Maduro destacou ter decidido pela antecipação por ter fechado o "mês de agosto com boas perspectivas econômicas".

Apesar de soar estranho, não é a primeira vez que Maduro precipita a data dos festejos natalinos. Em 2020, em meio à pandemia, ele adiantou o Natal para 15 de outubro. Na época, liberou recursos para a compra de

Sete anos antes, o presidente decretou que as celebrações começassem em 1º de novembro. Ao anunciar a mudança, expressou seu desejo de "felicidade e paz para todos", bem como de superação da "amargura". O ano de 2013 foi marcado pela morte de Chávez, em março, e pela ascensão de Maduro, que venceu uma eleição cuja transparência foi amplamente questionada.

A situação se repete agora. Manifestações eclodiram em várias cidades da Venezuela, enquanto a oposição denuncia fraude e reivindica a vitória. Desde 28 de julho, os protestos deixaram 27 mortos, 192 feridos e mais de 2,4 mil detidos.

Naufrágio no Canal da Mancha



Ao menos 12 migrantes morreram, ontem, no naufrágio de uma embarcação irregular na travessia do Canal da Mancha, rumo à costa inglesa a partir do norte da França. Dois estão desaparecidos, segundo balanço anunciado pelo ministro francês do Interior, Gérald Darmanin, na rede social X. "Terrível naufrágio", classificou. Horas depois, o ministro em fim de mandato pediu um "tratado migratório entre a Grã-Bretanha e a União Europeia" para pôr fim a essas viagens. "Menos de oito pessoas tinham coletes salva-vidas fornecidos pelos traficantes", lamentou. O governo britânico, por sua vez, lamentou a morte "horrível e profundamente trágica" dos migrantes. Um barco fretado pelo Estado, o Minck, avistou a embarcação em dificuldades com mais de 60 pessoas a bordo -"essencialmente eritreus" — e foi ao seu resgate quando ela se rompeu. Entre os mortos, metade deles menores, havia 10 mulheres e dois homens. As travessias de migrantes rumo ao Reino Unidos são ainda mais frequentes nesta época do ano, fim do verão na Europa. O naufrágio de ontem foi o mais mortal de 2024. Desde o início do ano, 25 pessoas perderam a vida nessa travessia, o dobro das 12 mortes registradas em 2023.

CONFLITO NO ORIENTE MÉDIO

Washington cobra acordo de trégua

Pelo segundo dia consecutivo, os Estados Unidos cobraram, ontem, um acordo de trégua na Faixa de Gaza, apesar de o primeiro-ministro israelense, Benjamin Netanyahu, ter alertado que não cederá às pressões para alcançar um pacto com o Hamas. "Há dezenas de reféns que ainda estão em Gaza, esperando um acordo que os traga de volta para casa. É hora de finalizar esse acordo", afirmou o porta-voz do Departamento de Estado, Matthew Miller.

Na segunda-feira, o presidente dos EUA, Joe Biden, repreendeu Netanyahu por não fazer o suficiente para alcançar um cessar-fogo que inclua a liberação de reféns e de prisioneiros palestinos detidos em Israel. Um dia antes, o Exército israelense anunciou a descoberta de seis corpos de reféns em túneis da Faixa de Gaza. Os seis foram assassinados pelo impacto de balas a curta distância, segundo os militares.

O episódio fez com que Netanyahu pedisse perdão às famílias dos reféns, pela primeira vez desde o início do conflito, em 7 de outubro do ano passado, quando o Hamas atacou o território israelense. Também levou milhares de pessoas às ruas e desencadeou uma greve geral em Israel.

O premiê, no entanto, destacou que não cederá às pressões — internas e externas — e manterá a pressão militar sobre o movimento palestino, que governa Gaza e é considerado uma organização "terrorista" por Israel, Estados Unidos e União Europeia.



Em Tel Aviv, manifestante mostra as mãos pintadas de vermelho: pressão

Sem concessões

"Ninguém está mais comprometido do que eu com a libertação dos reféns. Ninguém pode me dar lições sobre isso", disse o primeiro-ministro. "Agora devemos exercer a máxima pressão sobre o Hamas", que "deve fazer concessões", acrescentou. Netanyahu reafirmou a necessidade de Israel manter o controle do corredor Filadélfia, ao longo da fronteira entre Gaza e Egito, um obstáculo nas negociações.

Não é o que Washington deseja. "Nos opomos à presença de tropas das Forças de Defesa de Israel em Gaza a longo prazo", afirmou Matthew Miller. "Fechar um acordo exigirá que ambas as partes mostrem flexibilidade. Exigirá que ambas as partes busquem razões para chegar ao sim em vez de razões para dizer não", acrescentou.

O movimento islamista exige que todas as forças israelenses saiam do território palestino. Abu Obeida, porta-voz das brigadas Ezzedin Al Qassam, o braço armado do Hamas, advertiu que os reféns que ainda estão em Gaza voltarão "em caixões" se Israel mantiver sua pressão militar "em vez de fechar um acordo".